

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Constitucional

Controle de Constitucionalidade

Período 2010 - 2016

1) CESPE - Defensor Público - DP - RO (2012)

Assinale a opção correta a respeito do poder constituinte e da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

- a) Compete ao poder constituinte decorrente elaborar e modificar as constituições dos estados-membros da Federação.
- b) O poder constituinte reformador é, por característica, incondicionado.
- c) A mutação constitucional é expressão do poder constituinte derivado.
- d) Denomina-se repristinação o fenômeno pelo qual a constituição nova recebe a ordem normativa infraconstitucional anterior, surgida sob égide das constituições precedentes, quando compatível com o novo ordenamento constitucional.
- e) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão tem por escopo controlar apenas as omissões legislativas.

2) VUNESP - Advogado Legislativo - Câmara Municipal de São Carlos (2013)

Fixando os Vereadores do Município de São Carlos a sua própria remuneração, para que essa possa vigorar na própria legislatura, caracteriza-se ato inconstitucional lesivo ao patrimônio material e à moralidade administrativa. A respeito de tais fatos, qualquer cidadão pode ajuizar

- a) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) mandado de segurança.
- c) ação direta de inconstitucionalidade.
- d) ação popular.
- e) ação civil pública.

3) Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2012)

A falta de norma regulamentadora, por leis complementares, sobre sistema financeiro nacional, para dispor, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram pode exigir a propositura de:

- a) ação direta de inconstitucionalidade por omissão
- b) mandado de segurança por omissão
- c) mandado de segurança coletivo
- d) mandado de injunção
- e) habeas data

4) FCC - Procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE - SP (2011)

Para responder à questão, considere o caso hipotético relatado a seguir.

Com base em lei municipal promulgada em 2004, a Câmara de Vereadores de um Município paulista efetua o pagamento de remuneração aos membros que compareceram a sessões extraordinárias do órgão legislativo no exercício de 2010.

Nessa hipótese, ao examinar as contas a serem prestadas pela Mesa da Câmara de Vereadores relativamente ao exercício de 2010, o Tribunal de Contas do Estado

- a) ficará adstrito à análise da legalidade da despesa e da observância do limite constitucional de gasto com folha de pagamento da Câmara Municipal, vedada a apreciação quanto à constitucionalidade da lei municipal.
- b) deverá abster-se de apreciar a constitucionalidade da lei municipal, uma vez que a guarda da Constituição é de competência do Supremo Tribunal Federal, e não dos Tribunais de Contas.
- c) possuirá legitimidade para apreciar a constitucionalidade da lei municipal, de onde poderá decorrer sua manifestação pela regularidade ou não da realização do pagamento.
- d) somente poderá manifestar-se sobre a constitucionalidade da lei municipal, adotando-a como fundamento de decidir a respeito da regularidade da despesa, se já houver decisão judicial transitada em julgado a esse respeito.
- e) não poderá manifestar-se sobre a constitucionalidade da lei municipal, uma vez que esta é atribuição exclusiva do Poder Judiciário, no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, que não conhece mecanismos de controle político.

5) CESPE - Oficial Técnico de Inteligência – ABIN (2010)

No que concerne ao STF, ao Ministério Público (MP) e à justiça federal, julgue o seguinte item.

O STF, além de exercer o controle concentrado, no âmbito federal, exerce o controle difuso, apenas nos recursos extraordinário e ordinário, ou quando aprecia a inconstitucionalidade de normas fundadas em decisões recorridas.

- () Certo
- () Errado

6) ESAF - Agente de Trabalhos de Engenharia - Prefeitura - RJ (2010)

Em relação à elaboração da legislação municipal e às formas de controle de sua constitucionalidade, assinale a opção correta de acordo com a Constituição Federal.

- a) A lei municipal não se submete ao controle de constitucionalidade difuso pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) A apresentação de projeto de lei por vereador, que cria cargos na Secretaria Municipal de Obras, órgão do Poder Executivo do município, é vício sanável mediante a sanção da lei pelo prefeito.
- c) A lei complementar municipal é hierarquicamente superior à lei ordinária municipal.
- d) A lei municipal do Rio de Janeiro anterior à Constituição de 1988 e com ela incompatível é considerada "não recepcionada" e, conseqüentemente, pode ser inaplicada independentemente de qualquer declaração

judicial nesse sentido.

e) O prefeito detém iniciativa privativa para os projetos de lei em matéria tributária.

7) CESPE - Procurador Federal - AGU (2010)

Acerca dos remédios constitucionais, julgue o item que se segue.

Tal como ocorre na ADI, não é admitida a impetração de mandado de segurança contra lei ou decreto de efeitos concretos.

- () Certo
() Errado

8) FGV - Analista de Controle Interno - SEFAZ - RJ (2011)

A empresa XYZ Ltda. ajuizou ação de mandado de segurança a fim de que não fosse obrigada a recolher determinado imposto federal alegando a inconstitucionalidade do referido tributo. O juiz proferiu sentença concedendo a ordem pleiteada, declarando para tanto a inconstitucionalidade da lei. Indignada, a União federal interpôs recurso ao tribunal, que manteve a decisão pelos mesmos fundamentos. Por fim, a União federal interpôs recurso ao STF, que também manteve a decisão, reafirmando a inconstitucionalidade da lei tributária.

Diante desse caso, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade

- a) vale apenas para a empresa XYZ Ltda.
b) vale para as empresas que atuam no mesmo ramo.
c) vale para todos os contribuintes.
d) só terá validade após a suspensão pelo Congresso Nacional.
e) só terá validade após a suspensão pela Câmara dos Deputados.

9) Auditor Fiscal da Receita Estadual SEF - SC (2010)

Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é correto afirmar:

- a) No controle difuso de constitucionalidade, cabe ao Supremo Tribunal Federal apreciar o recurso especial.
b) No controle concentrado de constitucionalidade, a decisão acolhida possui efeitos erga omnes mas não vinculantes.
c) A Constituição Brasileira prevê expressamente a edição de lei regulamentadora das ações diretas de inconstitucionalidade
d) Por disposição principiológica geral, as decisões de inconstitucionalidade abstrata de leis não geram efeito repristinatório.
e) O Supremo Tribunal Federal realiza o controle difuso e concentrado da constitucionalidade das leis.

10) CESPE - Auditor Federal de Controle Externo - TCU (2011)

Acerca do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, julgue o item subsequente.

Tanto a proposta de emenda constitucional quanto a própria emenda constitucional podem ser objeto de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

- Certo
 Errado

11) CESPE - Analista do Ministério Público da União - MPU (2010)

O Estado brasileiro, como estado democrático de direito, apresenta, no seu texto constitucional, os parâmetros para o exercício da soberania popular, a partir de princípios e normas basilares, submetidos a constante controle. Com relação a esse tema, julgue o item a seguir.

No direito brasileiro, em se tratando de controle de constitucionalidade, em regra, aplica-se a teoria da nulidade de forma absoluta no controle concentrado.

- Certo
 Errado

12) CESPE - Analista do Ministério Público da União - MPU (2010)

Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, julgue o próximo item.

O pedido de medida liminar é cabível na ação direta de inconstitucionalidade, mas não na arguição de descumprimento de preceito fundamental, que exige, para sua propositura, o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceito fundamental.

- Certo
 Errado

13) CESPE - Juiz Estadual - TJ - BA (2012)

Com relação ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) No processo objetivo do controle de constitucionalidade, a intervenção do amicus curiae equivale à intervenção de terceiros, o que lhe garante a prerrogativa de interpor recurso para discutir a matéria objeto de análise na ação em que atua.

b) Contra lei estadual que despreze princípios sensíveis da CF pode o procurador-geral da República impetrar, no STF, ação direta de inconstitucionalidade interventiva, que, acolhida, implicará a nulificação do ato impugnado e, ao mesmo tempo, determinará que o presidente da República decrete a intervenção no estado respectivo.

c) Todos os tribunais judiciais, com exceção do STF, estão obrigados a seguir a cláusula de reserva de plenário, que prevê que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo órgão especial, poderá ser declarada a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público.

d) Embora lei municipal que contrarie a CF não possa ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, cabe o controle difuso de constitucionalidade, ou mesmo o controle concentrado, dessa lei, por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

e) No âmbito do Poder Legislativo – federal e estadual –, são legitimados para propor, no STF, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade as mesas do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as mesas de assembleia legislativa e da Câmara Legislativa do DF.

14) CESPE – Juiz do Trabalho – TRT – 1ª Região (2010)

Assinale a opção correta em relação ao controle de constitucionalidade no sistema brasileiro.

a) A teoria da modulação dos efeitos tem aplicação também quando o STF exera juízo negativo de recepção de determinada lei ou ato normativo.

b) Ao julgar procedente, em parte, determinada ADI, para conferir ao texto impugnado interpretação conforme a CF, o STF pode, por arrastamento, conferir interpretação conforme outro dispositivo legal que não foi objeto da ação.

c) Se um juiz, em controle difuso de constitucionalidade, afasta a aplicação de determinada lei, declarando-a inconstitucional, quando já há decisão proferida pelo STF indeferindo medida cautelar em ADI tendo por objeto a mesma lei, cabe o ajuizamento de reclamação dirigida à Suprema Corte.

d) Segundo entendimento do STF, uma vez indeferida medida cautelar em ADI, não é cabível a reiteração do pedido de concessão da medida, considerando-se a natureza objetiva do controle.

e) A decisão do STF que, em ação declaratória de constitucionalidade, declara a constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo pode ser objeto de novo exame, se fundado em novos argumentos que levariam à interpretação no sentido da inconstitucionalidade.

15) FCC – Analista Judiciário – TST (2012)

Renato ajuizou ação de indenização contra Pedro, julgada procedente em primeiro grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça. Interposto Recurso Especial pelo demandado, cujo processamento é admitido, o Superior Tribunal de Justiça declarou a inconstitucionalidade da lei que fundamenta a demanda, que é assim julgada improcedente. Tem-se, no caso, exercício de controle da constitucionalidade

a) abstrato.

b) difuso.

c) concentrado.

d) transversal.

e) coletivo.

16) VUNESP - Juiz Estadual - TJ - RJ (2011)

Considerando o sistema de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos no direito brasileiro, é correto afirmar que

- a) para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, incide sobre as agremiações partidárias a restrição jurisprudencial derivada do vínculo de pertinência temática.
- b) em se tratando de ação direta de inconstitucionalidade, o STF firmou o entendimento de que ação dessa natureza não é suscetível de desistência.
- c) a medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, reveste-se, ordinariamente, de eficácia extunc, operando, portanto, desde a edição da lei ou do ato normativo atacado.
- d) quando tramitam paralelamente duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma no Tribunal de Justiça local e outra no STF, contra a mesma lei estadual em face de princípios constitucionais estaduais que são reprodução de princípios da CF, a ação direta proposta perante o Tribunal estadual deve ser extinta.

17) VUNESP - Juiz Estadual - TJ - RJ (2012)

Considerando o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, é correto afirmar que

- a) embora exista a possibilidade de modulação dos efeitos da decisão do STF em controle abstrato de inconstitucionalidade, não se admite a declaração de inconstitucionalidade pro futuro.
- b) o STF entende que a declaração de inconstitucionalidade impede o legislador de promulgar lei de conteúdo idêntico ao do texto anteriormente julgado e tido como inconstitucional.
- c) no recurso extraordinário, a decisão que entende não haver repercussão geral é irrecurável, valendo para todos os recursos que versem sobre questão idêntica, salvo revisão de tese.
- d) a arguição de descumprimento de preceito fundamental admite a concessão de liminar em medida cautelar, mas exige a audiência obrigatória da autoridade responsável pela edição do ato antes da eventual concessão da liminar.

18) CESPE - Analista do Executivo - SEGER - ES (2013)

Em relação ao controle da constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) A CF veda instituição, perante os tribunais de justiça, de representação de inconstitucionalidade de leis estaduais em relação à constituição estadual.
- b) Compete ao Senado Federal suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF, no âmbito do controle de constitucionalidade incidental.
- c) Compete ao STF processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei estadual em face da CF.
- d) Não cabe ao STF realizar o controle concentrado de constitucionalidade de leis municipais em relação à CF.
- e) Para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, o governador não precisa demonstrar o requisito da pertinência temática.

19) CESPE - Defensor Público - DPGE - RO (2012)

A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) A ação declaratória de inconstitucionalidade e a ação declaratória interventiva possuem os mesmos legitimados ativos.
- b) Na ação declaratória de constitucionalidade, cabe ao advogado-geral da União fazer a defesa do ato normativo.
- c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental tem preferência em relação a outros meios eficazes de sanar a lesividade.
- d) Senador da República possui legitimação ativa para suscitar o controle incidental de constitucionalidade pertinente à observância pelas casas do Congresso Nacional dos requisitos que condicionam a válida elaboração das proposições normativas, enquanto estas se acharem em curso no Senado Federal.
- e) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não se presta a controle de constitucionalidade de normas infralegais ou atos normativos estaduais e municipais.

20) CESPE - Defensor Público - DPGE - RO (2012)

Assinale a opção correta acerca do controle de constitucionalidade.

- a) As leis municipais não se sujeitam ao controle de constitucionalidade concentrado perante o STF, podendo, no entanto, ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade a ser ajuizada perante o tribunal de justiça do respectivo estadomembro, desde que se alegue ofensa à constituição estadual.
- b) Na ação declaratória de constitucionalidade, é cabível pedido de medida cautelar, cujo provimento pode consistir na suspensão da eficácia da norma objeto da ação ou na suspensão dos processos em que se discuta a constitucionalidade dessa norma.
- c) De acordo com a denominada regra do full bench, somente pelo voto da maioria dos membros do tribunal pode ser declarada a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos emanados do poder público.
- d) O defensor público-geral da União possui legitimidade para ajuizar, no STF, arguição de descumprimento de preceito fundamental, mas não para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade.
- e) Tratando-se de controle de constitucionalidade difuso, a alegação de inconstitucionalidade pode ser apresentada pelo autor, pelo réu, pelo MP ou, ainda, por terceiro interessado, e a inconstitucionalidade pode também ser reconhecida de ofício pelo juiz de primeira instância ao proferir a sentença.

21) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 6ª Região (2010)

Detêm legitimação universal para a propositura de Ação Direta de Constitucionalidade:

- a) A União Nacional dos Estudantes.
- b) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Governador de Estado ou do Distrito Federal.

e) Diretório estadual de partido político com representação no Congresso Nacional.

22) CESPE - Promotor de Justiça - MPE - RR (2012)

Assinale a opção correta no que concerne ao controle de constitucionalidade.

- a) Embora a CF não indique, de modo taxativo, os legitimados para apresentarem a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face das constituições estaduais, ela veda a atribuição da legitimação para um único órgão agir.
- b) Na medida em que a CF atribui ao DF as competências legislativas reservadas aos estados, todas as leis e atos normativos distritais que contrariem a CF podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- c) Em cumprimento à cláusula de reserva de plenário, o órgão fracionário de tribunal, ao apreciar a inconstitucionalidade de uma norma jurídica incidenter tantum, não pode deixar de submeter ao plenário, ou a seu órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, mesmo que o tribunal já tenha, por meio de seu órgão especial, se pronunciado sobre questão de idêntico teor.
- d) Consoante a doutrina, não se aplica às leis municipais o dispositivo constitucional segundo o qual o Senado Federal poderá suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.
- e) Como regra, as súmulas não podem ser questionadas perante o STF por meio do controle concentrado de constitucionalidade, mas as súmulas vinculantes, sim, em razão da sua abrangência e do seu caráter de generalidade.

23) CESPE - Notário e Registrador - TJ - RR (2013)

Considerando a supremacia das normas constitucionais, a hermenêutica constitucional e as normas veiculadoras de direitos e garantias fundamentais, sociais e econômicas, assinale a opção correta.

- a) As normas constitucionais veiculadoras de um programa de ação revestem-se de eficácia jurídica e dispõem de caráter cogente, vinculando e obrigando os seus destinatários.
- b) Em regra, a cláusula da reserva do possível não encontra limitação na exigência constitucional de preservação do mínimo existencial, considerando-se que os recursos públicos são escassos e impõem a realização e concretização dos direitos econômicos, sociais e culturais de forma gradativa.
- c) A inércia estatal em adimplir as imposições constitucionais traduz, segundo entendimento do STF, um inaceitável gesto de desprezo pela autoridade da Constituição, não sendo, entretanto, permitida a fixação de multa cominatória ao ente público para compeli-lo a cumprir o preceito constitucional.
- d) Os direitos de segunda geração destinam-se ao gênero humano, como valores supremos de sua existencialidade concreta.
- e) A inconstitucionalidade só pode derivar de um comportamento ativo do poder público, ou seja, de ação ou edição de normas em desacordo com o que dispõe a Constituição, ofendendo os preceitos e os princípios nela consignados.

24) FGV - Analista Judiciário - TJ - AM (2013)

O controle judicial da constitucionalidade das leis ganhou notável espaço com a Constituição de 1988, uma vez que ela ampliou o rol de legitimados e as formas de controle.

A respeito do tema controle de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

- a) Não há inconstitucionalidade formal superveniente, de modo que se consideram recepcionadas leis ordinárias anteriores à Constituição que disponham sobre matérias que, desde a Carta de 1988, são reservadas à lei complementar.
- b) As leis do período do regime militar, que dispõem em sentido hoje incompatível com a Constituição, podem ser objeto de controle de constitucionalidade, por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) A improcedência da ação declaratória de constitucionalidade não equivale à declaração de inconstitucionalidade em sede de ação direta, uma vez que não possui eficácia contra todos e efeitos vinculantes.
- d) O controle concentrado e por via principal da inconstitucionalidade por omissão dá-se por meio da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e do mandado de injunção.
- e) O vício de iniciativa no processo legislativo não enseja o controle de constitucionalidade da norma, porque a ofensa à Constituição dá-se de forma reflexa.

25) FGV - Procurador Legislativo - Assembleia Legislativa do Mato Grosso - AL - MT (2013)

Quanto às ações constitucionais, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental pode ser utilizada para resolver controvérsia acerca da legitimidade do direito ordinário pré-constitucional.
- b) A exclusão de benefício incompatível com o princípio da igualdade, a um determinado grupo de pessoas, pode caracterizar caso de omissão parcial do dever de legislar.
- c) A suspensão pelo Senado Federal da execução da lei inconstitucional se aplica à declaração de não-recepção da lei pré-constitucional levada a efeito pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) É dominante, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, entendimento segundo o qual, na Ação Direta de Inconstitucionalidade e na Ação Declaratória de Constitucionalidade, prevalece o pedido da causa petendi aberta.
- e) O constituinte de 1988 fixou como princípios básicos, cuja lesão pelo Estado-membro poderá dar ensejo à intervenção federal, entre outros, a forma republicana, o sistema representativo e o regime democrático.

26) CETRO - Procurador do Município de Campinas (2012)

Não pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o(a)

- a) Presidente da República.
- b) Procurador-Geral da República.
- c) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Mesa do Congresso Nacional.
- e) Governador de Estado ou do Distrito Federal.

27) CETRO – Procurador do Município de Campinas (2012)

Assinale a alternativa correta acerca do controle de constitucionalidade das leis.

- a) Em regra, a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade não torna aplicável a legislação anterior acaso existente.
- b) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade não se admitirá desistência.
- c) Será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental mesmo quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- d) Será admitida intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- e) Cabe apelação da decisão que indeferir a petição da ação direta de inconstitucionalidade.

28) FCC – Analista Judiciário – TRT – 2ª Região (2014)

Atenção: Para responder à questão, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale:

Sobre:

I. Caso não seja cabível a ação direta de inconstitucionalidade proposta, é lícita sua conversão em arguição de descumprimento de preceito fundamental com base no princípio da fungibilidade, caso estejam presentes todos requisitos de admissibilidade desta.

II. O juízo proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade sobre a incompletude ou insuficiência do diploma impugnado ante as exigências impostas no texto constitucional autoriza a conversão da demanda, em face do princípio da fungibilidade, em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

III. O julgamento de mérito proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade que decide mediante a técnica da interpretação conforme a Constituição importa, segundo a jurisprudência do STF, em juízo de improcedência da ação.

- a) está correto o que se afirma em I, apenas.
- b) está correto o que se afirma em II, apenas.
- c) está correto o que se afirma em III, apenas.
- d) está correto o que se afirma em I e II, apenas.
- e) está correto o que se afirma em I, II e III.

29) FCC – Analista Judiciário – TRT – 19ª Região (2014)

Atenção: Para responder à questão, considere as disposições da Constituição Federal.

Projeto de lei de iniciativa parlamentar dispondo sobre aumento da remuneração dos empregados públicos da Administração direta federal foi aprovado pelo Congresso Nacional, tendo sido sancionado e promulgado pelo Presidente da República. Meses depois, o Presidente da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade – ADIN em face da lei, sustentando que estaria eivada de vício material e formal de inconstitucionalidade, este último em razão de tratar de matéria de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República. Neste caso,

- a) há vício formal de inconstitucionalidade, podendo o Presidente da República propor ADIN, em que pese tenha sancionado a lei impugnada.
- b) há vício formal de inconstitucionalidade, mas o Presidente da República não pode propor ADIN, uma vez que sancionou a lei impugnada, quando lhe era facultado vetá-la por motivo de inconstitucionalidade.
- c) há vício formal de inconstitucionalidade, que pode ser arguido em ADIN apenas pelo Presidente da República, a fim de defender as prerrogativas do Chefe do Poder Executivo.
- d) não há vício formal de inconstitucionalidade, mas o Presidente da República pode propor ADIN no que toca ao vício material de inconstitucionalidade, ainda que tenha sancionado a lei impugnada.
- e) não há vício formal de inconstitucionalidade, mas o Presidente da República não pode propor ADIN no que toca ao vício material de inconstitucionalidade, uma vez que sancionou a lei impugnada, quando lhe era facultado vetá-la por motivo de inconstitucionalidade.

30) CESPE - Promotor de Justiça - MP - AC (2014)

A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) Em decisão de órgão fracionário de tribunal de justiça na qual, embora não se declare expressamente a inconstitucionalidade de lei estadual questionada perante a constituição estadual, seja afastada sua incidência no caso concreto, prescinde-se da cláusula da reserva de plenário.
- b) A inconstitucionalidade formal de uma lei somente pode ser aferida de acordo com as regras constitucionais vigentes no momento de sua elaboração, e não em razão da mudança posterior do parâmetro constitucional.
- c) Assim como ocorre na ação declaratória de constitucionalidade e na ação direta de inconstitucionalidade, as leis préconstitucionais não podem ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) A sanção presidencial tem o condão de sanar vício de inconstitucionalidade formal relativo à competência para iniciar o processo legislativo.
- e) Em se tratando de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, aplica-se o princípio da congruência ou da adstrição ao pedido, não se admitindo a declaração de inconstitucionalidade de uma norma que não tenha sido objeto do pedido.

Direito Constitucional

Controle de Constitucionalidade

Período: 2010 – 2016

Gabarito

1 A	2 D	3 D	4 C	5 CERTO
6 D	7 ERRADO	8 A	9 E	10 CERTO
11 ERRADO	12 ERRADO	13 D	14 B	15 B
16 B	17 C	18 B	19 D	20 E
21 C	22 A	23 A	24 A	25 C
26 D	27 B	28 D	29 A	30 B

